

Relatório Preliminar

“Aquisição de serviços para fiscalização das empreitadas de requalificação da Rua Marquês de Pombal e Reorganização do espaço público do Bairro 1º Maio – 2ª fase”

PROCESSO N.º 2019/300.10.005/81

Aos 19 dias do mês de Março de dois mil e dezanove, pelas 10 horas, reuniu o júri do procedimento, para nos termos das alíneas b) e d) do artigo 69.º, artigo 70.º e artigo 122.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação – Código da Contratação Pública, doravante designado de CCP, proceder à análise e avaliação das propostas, e elaborar o relatório preliminar do procedimento de contratação para “Aquisição de serviços para fiscalização das empreitadas de requalificação da Rua Marquês de Pombal e Reorganização do espaço público do Bairro 1º Maio – 2ª fase”.-----

Nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP o júri do procedimento foi designado por despacho do Sr. Presidente datado de 14/02/2019, com a seguinte composição: -----

- Jorge Farinha, (Técnico Superior), na qualidade de presidente;
- Luís Costa, (Técnico Superior), na qualidade de primeiro vogal efetivo que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Helena Leal, (Jurista), na qualidade de segundo vogal efetivo;
- Ana Palma, (Jurista), na qualidade de primeiro suplente;
- Carla Palminha, (Técnica Superior), na qualidade de segundo suplente.

1. Introdução

Em conformidade com o caderno de encargos e convite do procedimento, o preço base foi fixado em **73 000,00 € (Setenta e três mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor repartido da seguinte forma pelos 2 lotes a concurso: Lote 1 - Fiscalização da empreitada de requalificação da Rua Marquês de Pombal, no valor de **€ 40 000,00 (Quarenta mil euros)** e Lote 2 - Fiscalização da empreitada de reorganização do espaço público do Bairro 1º de Maio – 2ª fase, no valor de **€ 33 000,00 (Trinta e três mil euros)**, devendo a prestação do serviço ocorrer no prazo de 300 dias a contar da data de assinatura do contrato.-----

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade da avaliação do preço, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

O prazo para apresentação de propostas foi fixado até ao dia 07/03/2019 às 18h. -----

2. Entidades convidadas

Nos termos do n.º 1 do artigo 113.º conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º do CCP, foram convidadas a apresentar proposta as seguintes entidades: -----

- Dinis Serrão – Arquitetura e Urbanismo, Lda. – NIF 505 969 050;-----
- Ripórtico, Engenharia, Lda.– NIF 506 782 328;-----
- Ibtekar, Lda. – NIF 513 966 676;-----

3. Esclarecimentos/ Erros e Omissões

Dentro do prazo legalmente fixado para o efeito não foram solicitados pelos concorrentes esclarecimentos sobre as peças do procedimento. -----

4. Análise e Avaliação de Propostas

Na sequência do convite apresentaram propostas os seguintes concorrentes: -----

- Ibtekar, Lda. – NIF 513 966 676, com entrada na plataforma no dia 27/02/2019 pelas 16:59 horas; -----
- Ripórtico, Engenharia, Lda. – NIF 506 782 328 com entrada na plataforma no dia 27/02/2019 pelas 17:32 horas; -----
- Dinis Serrão – Arquitetura e Urbanismo, Lda. – NIF 505 969 050, com entrada na plataforma no dia 28/02/2019 pelas 18:03 horas; -----

Em fase de análise de propostas foram verificadas as suas formalidades, tendo o júri deliberado, por unanimidade, propor a admissão de todas as propostas, porquanto as mesmas se fizeram acompanhar de todos os elementos instrutórios bem como foram apresentadas em conformidade com as disposições da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto – Regula a Disponibilização e a Utilização das

27
Luís Costa
Waf.

Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública cf. Anexo I ao presente relatório o qual é deste parte integrante. -----

Após a análise das propostas o júri deliberou, por unanimidade, propor a admissão de todas as propostas, porquanto se fizeram acompanhar de todos os elementos instrutórios, bem como correspondem ao solicitado no caderno de encargos, nomeadamente o fixado no ponto 13.º do convite e na parte II – cláusulas técnicas do caderno de encargos, nomeadamente: -----

- Declaração Anexo I do CCP devidamente assinada e apresentada em conformidade com a sua atual redação;
- Preço total expresso em algarismos e por extenso;
- Condições de pagamento;
- Indicação da forma de faturação;
- Prazo de execução dos serviços;
- Prazo de validade da proposta;
- Os documentos da proposta estão redigidos em língua portuguesa;

A proposta é apresentada em conformidade com as disposições da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto – Regula a Disponibilização e a Utilização das Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública. -----

5. Na sequência da análise e avaliação de propostas o júri deliberou a seguinte ordenação:

Tendo por base o critério de adjudicação para o efeito fixado no convite, o júri analisou as propostas não excluídas tendo sido deliberada a seguinte ordenação: -----

Lote 1 - Fiscalização da empreitada de requalificação da Rua Marquês de Pombal

- 1º Ibtekar, Lda., no valor de € 39 500,00 (Trinta e nove mil e quinhentos euros);-----
- 2º Ripórtico, Engenharia, Lda., no valor de € 41 936,70 (Quarenta e um mil, novecentos e trinta e seis euros e setenta cêntimos);-----;
- 3º Dinis Serrão – Arquitetura e Urbanismo, Lda., no valor de € 42 049,42 (Quarenta e dois mil, quarenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos);-----

Lote 2 - Fiscalização da empreitada de reorganização do espaço público do Bairro 1º de Maio – 2ª fase

- 1º Ripórtico, Engenharia, Lda., no valor de € 29 957,80 (Vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e sete euros e oitenta cêntimos);-----
- 2º Dinis Serrão – Arquitetura e Urbanismo, Lda., no valor de € 30 449,58 (Trinta mil, quatrocentos e quarenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos);-----
- 3º Ibtekar, Lda., no valor de € 32 500,00 (Trinta e dois mil e quinhentos euros);-----

6. Audiência Prévia

Para efeitos de audiência prévia, em cumprimento do disposto no n.º 1 artigo 123.º do CCP, o júri irá proceder à notificação dos concorrentes, conferindo-lhes o prazo de três dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo deste direito. -----

O júri deliberou ainda, submeter a decisão de adjudicação, ao órgão competente para a decisão de contratar. -----

Sines, 19 de março de 2019

O Júri do Procedimento

Presidente



Jorge Farinha, (Técnico Superior)

Primeiro Vogal Efetivo



Luís Costa, (Técnico Superior)

Segundo Vogal Efetivo



Helena Leal, (Jurista)